

PORTUGAL, UMA RETROSPECTIVA

1998

PORTUGAL, UMA RETROSPECTIVA N.º 2

1998

JOSÉ NEVES

DIRECÇÃO DE RUI TAVARES

PÚBLICO & TINTA-DA-CHINA | LISBOA MMXIX

Apesar de os editores desta colecção optarem pela norma ortográfica anterior ao Acordo Ortográfico de 1990, respeitou-se, em cada volume, a opção ortográfica dos respectivos autores.

© 2019, PÚBLICO Comunicação Social SA
e Edições tinta-da-china, Lda

PÚBLICO

Edifício Diogo Cão, Doca de Alcântara Norte
1350-352 Lisboa
Tels: 210 111 357 | 93 268 0312
Email: coleccion@publico.pt
loja online: www.loja.publico.pt
www.publico.pt

TINTA-DA-CHINA

Rua Francisco Ferrer, 6A,
1500-461 Lisboa
Tels: 21 726 90 28 | 29 | 30
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *Portugal, Uma Retrospectiva: 1998* (vol. 2)

Direcção: Rui Tavares

Autores: José Neves

Revisão: GoodSpell

Composição: Tinta-da-china

Capa: Tinta-da-china (V. Tavares),

a partir de fotografia de Inês Costa Dias

Imagens: página 24 e 28, Wikimedia Commons; página
31, Jean Paul Pelissier; página 42, jornal *Público* - Bruno
Portela; página 58, RTP, jornal *Expresso*; página 71, jornal
Público - Adriano Miranda e Luís Ramos; página 75, *O Globo*
- Marcelo Carnaval e Domingos Peixoto.

1.ª edição: Junho de 2019

ISBN 5602227309529-00002

Depósito Legal 456492/19

Por algum tempo naquele final da década de 1990, Portugal acreditou ter encontrado o seu lugar no mundo. Tratava-se do lugar de um país moderno, descomplexado e europeu, que mantinha boas relações com quase todas as nações (a maior exceção era, então, a Indonésia, potência ocupante de um Timor-Leste ainda pertencente a Portugal segundo o direito internacional) e que desejava atrair o mundo à sua capital, para mostrar esta nova versão de si mesmo.

Nem tudo era tão evidente assim, porém. Que os 500 anos da viagem de Vasco da Gama à Índia encontrassem Portugal na posição de país democrático e descolonizador não significava que outros países partilhassem da mesma vontade de celebração do seu passado expansionista — a começar pela Índia. A preparação de Lisboa e do próprio país como plataforma de «produção de eventos» concitava entusiasmo entre a classe política, mas ocultava fragilidades reais: uma economia com fracos níveis de qualificação produtiva, que viria a estagnar uma vez virado o século; um país desigual, entre as cidades que se europeizavam e o interior que se despojava; as infraestruturas antigas que eram deixadas descuidadas. Três anos depois de se inaugurar a ponte mais longa da Europa em Lisboa, ruiu a ponte Hintze Ribeiro em Entre-os-Rios, matando 59 pessoas. Os portugueses — da elite política e da população em geral — acreditavam que 1998 tinha chegado a uma nova normalidade rica e otimista e pensavam que a partir de então seria sempre

assim, apenas sempre um pouco melhor. Mas o Portugal de fim de século tinha pés de barro que se revelariam no novo século.

O Portugal que se autocelebrou em 1998 não imaginava o que seria o novo milénio, não poderia conceber algo como os ataques terroristas às Torres Gémeas, a «Guerra das Civilizações», a ocorrência da maior crise financeira depois da grande depressão, em 2008, ou a ascensão dos nacional-populismos. O Portugal que se autocelebrou em 1998 vivia antes da entrada da China na Organização Mundial do Comércio, do alargamento da União Europeia aos países de Leste ou da introdução do Euro. Assim sendo, o Portugal que se autocelebrou em 1998 vivia uma globalização feliz. Vivia de bem consigo mesmo, democrático e europeu, e dava-se de presente a renovação de uma parte esquecida da sua capital (a zona industrial transformada em Expo '98) e a ponte mais longa da Europa (a ponte Vasco da Gama).

Neste volume, José Neves interpreta — do ponto de vista cultural, social e político — o ano charneira com que Portugal julgou ter fechado o segundo milénio com chave de ouro.

— RUI TAVARES

ÍNDICE

1	1498 e 1998	9
2	Do império português ao mundo das Nações Unidas	14
	<i>Portugal enquanto comunidade nacional</i>	19
	<i>Uma humanidade una e global</i>	23
3	A cidade da Expo 98	32
	<i>A requalificação urbana</i>	33
	<i>A valorização ambiental</i>	36
	<i>A torre de cracking de uma antiga refinaria</i>	40
4	Da globalização aos «descobrimentos»	44
	<i>A Estratégia de Lisboa</i>	47
	<i>O conhecimento dos mares</i>	50
	<i>Um novo nacionalismo português</i>	54
5	«Em tempo de Expo, essas outras histórias que há para contar»	60
	Materiais soterrados, pessoas removidas, merendas escondidas	63
	Os trabalhadores da Expo 98	67
	Anticomemorações	73
6	Da Expo 1998 à crise de 2008	76
	Notas	81
	Bibliografia	84
	Nota biográfica	93

**1498
E 1998¹**

1498. Chegava à Índia a primeira expedição marítima portuguesa. As embarcações haviam partido de Lisboa em julho de 1497. Após percorrerem o Oceano Atlântico em direção a sul, dobraram o Cabo da Boa Esperança e navegaram rumo a norte, ao largo da costa oriental de África. A expedição atravessou então o Oceano Índico e as embarcações fundearam no porto de Calicute, na Índia. Estávamos em maio de 1498 e era o início da expansão portuguesa na Ásia. Pouco depois, em 1500, embarcações portuguesas acostariam pela primeira vez em terras do Brasil. Ainda antes, mais precisamente em 1492, uma frota castelhana chegara à América central.

Ao longo de Quinhentos e dos séculos seguintes, a expansão portuguesa no Oriente desenvolver-se-ia pela força das armas, que reprimiram a resistência de populações e poderes locais. Alastrar-se-ia também através de ligações comerciais estabelecidas entre diferentes portos do Índico. Na primeira metade do século XVI, as possessões portuguesas na África oriental e na Ásia incluíam já localidades e povoações como Sofala, Zanzibar, Mombaça, Ormuz, Diu, Bombaim, Goa ou Cochim e, mais a leste, Achém, Malaca ou Macau.

Tanto as ligações entre estas várias possessões, como a resistência enfrentada pelos portugueses participaram de uma teia de relações desiguais, que conectou diferentes continentes século XX adentro. A esta teia, acabaram por prender-se

interesses de regiões tão distantes como o Caribe, a América do Norte, o interior de África e o Extremo Oriente, passando pelas capitais da Europa, elos mais fortes de um sistema colonial cuja extinção não obsta a que o presente dele seja ainda devedor. Se os movimentos independentistas da época contemporânea abriram caminho a relações pautadas por um menor desequilíbrio de poder entre países do hemisfério norte e países do hemisfério sul, desde logo assegurando o direito à autodeterminação nacional de povos até então colonizados, muitos de entre estes passaram a estar submetidos a formas de domínio neocolonial, sobre eles exercidas por empresas, estados e outras instituições ocidentais.

De igual modo, enquanto acontecimentos como a independência da Índia em 1947 e a revolução chinesa de 1949 marcaram uma viragem pós-colonial no interior do século XX, a importância do racismo para a estruturação quotidiana das principais metrópoles do século XXI sugere que o mundo criado pelo colonialismo não morreu. As formas de segregação urbana e de divisão do trabalho na grande Londres, na grande São Paulo ou na grande Nova Iorque — mas também numa pequena metrópole como Lisboa — indiciam que o racismo subsiste mesmo quando vencida a teoria de que a humanidade se encontra dividida entre raças superiores e raças inferiores.

1998. Quinhentos anos volvidos sobre a primeira viagem marítima dos portugueses à Índia, era inaugurada em Portugal a Exposição Internacional de Lisboa, mais conhecida por Expo 98. Preocupada em contrariar o cariz ocidentalocêntrico que desde o início marcou as exposições universais, a Expo 98 procurou acolher mais representações nacionais de estados do hemisfério sul, incorrendo na viragem pós-colonial supra referida. Por outro lado, ao celebrar o período da expansão marítima como o momento áureo da história portuguesa, a exposição de Lis-

boa testemunhou a perseverança de um imaginário colonialista português, ainda que agora o destino imputado aos chamados descobrimentos portugueses já não fosse o império, mas sim a globalização, essa palavra-conceito tão em voga na cultura política liberal difundida por sobre os destroços do Muro de Berlim.

Juridicamente enquadrado pelo Bureau International des Expositions (BIE) — no qual se reúnem, hoje em dia, perto de uma centena de estados —, o evento de Lisboa aconteceu seis anos depois de o Estado espanhol ter organizado a Exposição Universal de Sevilha e quatro anos após Lisboa ter sido a Capital Europeia da Cultura. E antecedeu outras tantas iniciativas que procurariam fazer de Portugal uma plataforma dos mais variados circuitos internacionais, do Campeonato da Europa de Futebol de 2004 à Web Summit.

A exposição teve lugar na zona oriental da capital de Portugal e para a sua concretização foi destruída e reconstruída uma extensa zona ribeirinha junto ao Rio Tejo. Esta área da cidade de Lisboa, que também abrangia o concelho de Loures, era até então ocupada por atividades portuárias e por grandes equipamentos industriais — como a refinaria da Petrogal e o Matadouro Industrial de Lisboa — ou ainda pelo Depósito Geral de Material de Guerra. A sua transformação fez parte de um movimento de reconciliação entre urbanismo e ecologismo, movimento sucedido num contexto de aumento estrutural da população urbana mundial e, também, num momento em que a agenda ambiental pretendia cativar a atenção de governos, empresas, meios de comunicação social e populações, um pouco por todo o mundo. Por exemplo, foi neste âmbito que, em junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, teve lugar a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada como se a missão da Organização das Nações Unidas (ONU) fosse já não apenas a de assegurar a paz entre os estados, mas, também,

congruar o planeta com a humanidade. Surfando esta onda, a Expo 98 teria por principal lema «Os oceanos, um património para o futuro».

De caminho, o evento contribuiu para a renovação do lugar ocupado pela expansão portuguesa na história da humanidade, efeito de uma narrativa comemoracionista que, acelerando as rotas marítimas do passado à velocidade das «autoestradas da informação», pendurava no armário os esqueletos a que o «modo português de estar no mundo» havia reduzido não poucos seres humanos, do brutal ataque conduzido por Vasco da Gama ao grande navio árabe *Miri*, em 1502, ao Massacre de Wiriyamu, perpetrado em Moçambique por soldados portugueses em finais de 1972. 1498 e 1998 eram anos que se irmanavam numa história nacional e global da qual os séculos do colonialismo se tornavam parêntesis.

É de tudo isto — da memória que se faz dos portugueses que chegaram à Índia e da vitória do anticolonialismo sobre o colonialismo europeu, do fim da refinaria da Petrogal e da formação de uma nova consciência ecológica, do tipo de globalização económica que o desfecho da Guerra Fria trouxe consigo e da promoção de uma «sociedade do conhecimento» — que este livro se ocupa.

Tomando a Expo 98 como uma janela de onde olhar para o Portugal de final do século XX — uma nação que o poder político e a comunicação social tendiam então a reputar de moderna, desenvolvida e qualificada —, proponho um percurso que remeterá a períodos mais recuados e a paragens mais longínquas. No próximo capítulo, recuaremos aos tempos em que o movimento de exposições universais e internacionais começou a adquirir uma cadência própria — celebrando na Londres de 1851 o poderio industrial britânico e ocidental — e em que a identidade nacional portuguesa começou a ganhar maior pre-

sença territorial e social. Posteriormente, nos terceiro e quarto capítulos, avançando já pelo século XX, discutirei as transformações a que o êxito das lutas anticoloniais — em combinação com a crescente desindustrialização da economia europeia — obrigou o imaginário nacionalista português e o movimento das exposições universais e internacionais. Finalmente, no quinto capítulo, convido o leitor a olhar para processos e personagens que, ficando na sombra da sociedade e do mundo projetados pela Expo 98, ganham nova luz à medida que as tensões do presente nos sugerem que o passado foi, ele também, um tempo de disputas.

NOTA BIOGRÁFICA

JOSÉ NEVES (Lisboa, 1978) licenciou-se em História Moderna e Contemporânea no ISCTE-IUL, onde realizou o seu doutoramento, que esteve na origem do livro *Comunismo e nacionalismo em Portugal: política, cultura e história no século XX*. Foi investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, *visiting scholar* no King's College (Londres) e, mais recentemente, *visiting fellowship* da British Academy em Goldsmiths College. É professor auxiliar na NOVA-FCSH e investigador do Instituto de História Contemporânea da mesma universidade. Dirige a revista *Práticas da História: Journal on theory, historiography and uses of the past*. Tem-se dedicado à história do século XX, à teoria da história e ao estudo dos nacionalismos. Coordenou, entre outras obras, *Como se faz um povo: ensaios em história contemporânea de Portugal* e *Quem faz a história: ensaios sobre o Portugal contemporâneo*. Coordenou também, com Frederico Ágoas, *O espectro da pobreza: história, política e cultura em Portugal no século XX* e, com Nuno Domingos, *Uma história do desporto em Portugal*.

portugal, uma retrospectiva

1998

foi impresso em papel
Coral Book de 80 gramas,
na SIG, Sociedade Indus-
trial Gráfica, no mês de
Maio de 2019.

